

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 3

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A B C

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 3 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-304-0

DOI 10.22533/at.ed.040190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 3” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE A FALÁCIA E A CONCRETIZAÇÃO	
Marcos André Ferreira Estácio	
DOI 10.22533/at.ed.0401903041	
CAPÍTULO 2	16
A UTILIZAÇÃO DAS TIC POR PROFESSORES DE INFORMÁTICA COMO MEDIADOR DIDÁTICO: UM ESTUDO NAS ESCOLAS DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE-ANGOLA	
Santana Paulo Sango Bunga	
DOI 10.22533/at.ed.0401903042	
CAPÍTULO 3	32
“A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM ESCOLAS ESTADUAIS DE BELÉM DO PARÁ”	
Gustavo Nogueira Dias Natanael Freitas Cabral Gilberto Emanuel Reis Vogado	
DOI 10.22533/at.ed.0401903043	
CAPÍTULO 4	43
A VISÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO SOBRE A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NUMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	
Soraia Corrêa Mercante Cristhiane Maria Bazílio de Omena Messias	
DOI 10.22533/at.ed.0401903044	
CAPÍTULO 5	51
A VISÃO DO HISTORIADOR PARA COM OS INTERESSES DAS CLASSES	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.0401903045	
CAPÍTULO 6	63
A VOZ DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	
Leda Belitardo de Oliveira Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0401903046	
CAPÍTULO 7	78
ACESSIBILIDADE: IDOSOS E OS ESPAÇOS CIDADINOS DE SOCIABILIDADES	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0401903047	
CAPÍTULO 8	92
ADOÇÃO E CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES INFANTIS	
Laura Azevedo de Assis Gilmara Lupion Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.0401903048	

CAPÍTULO 9 109

ADOLESCENTES GRÁVIDAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUTATIVA:
A EDUCAÇÃO PERINATAL ALICERÇADA NO DIÁLOGO, NA VIVÊNCIA E NA
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Êrika Barretto Fernandes Cruvinel
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Nelma Santos Silva
Alessandra do Carmo Fonseca
Débora Augusta da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0401903049

CAPÍTULO 10 121

ALFABETIZAÇÃO ACADÊMICA CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO DA LEITURA
IMANENTE

Ciro De Oliveira Bezerra
Laryssa Virgílio Pereira De Araújo
Rayssa Oliveira Do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.04019030410

CAPÍTULO 11 130

ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
REALIDADE E DESAFIOS

Geovane César dos Santos Albuquerque
Tayanne Oliveira Rodrigues
Simone Braz Ferreira Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.04019030411

CAPÍTULO 12 139

AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM: INTENCIONALIDADE
PEDAGÓGICA, AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Ana Lúcia de Souza Lopes
Marili Moreira da Silva Vieira

DOI 10.22533/at.ed.04019030412

CAPÍTULO 13 150

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGENS NA DIDÁTICA DO ENSINO
SUPERIOR

Cleide Nunes Ferreira
Rosemary dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.04019030413

CAPÍTULO 14 155

AMÉRICA LATINA EM HOLLYWOOD: ELEMENTOS LATINOS EM “BIRDMAN (OU A
INESPERADA VIRTUDE DA IGNORÂNCIA)”

Bárbara Carvalho Medeiros Ramos
Mara Regina Rodrigues Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.04019030414

CAPÍTULO 15	158
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ESTUDOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO E DE EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.04019030415	
CAPÍTULO 16	173
ANÁLISE DA INGESTÃO HÍDRICA E MONITORIZAÇÃO DA PROMOÇÃO DA HIDRATAÇÃO ADEQUADA EM MEIO ESCOLAR	
Dayane de Melo Barros Danielle Feijó de Moura Tamiris Alves Rocha Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa Marton Kaique de Andrade Cavalcante Silvio Assis de Oliveira Ferreira Gisele Priscilla de Barros Alves Silva José André Carneiro da Silva Roberta de Albuquerque Bento da Fonte	
DOI 10.22533/at.ed.04019030416	
CAPÍTULO 17	180
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE MICHAEL WHITMAN APPLE PARA A EDUCAÇÃO LUDOVICENSE	
Raylina Maila Coelho Silva Helen Garrido Araújo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.04019030417	
CAPÍTULO 18	187
ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO BRASIL	
Ana Célia de Oliveira Paz Elói Martins Senhoras	
DOI 10.22533/at.ed.04019030418	
CAPÍTULO 19	199
ANÁLISE DO TEOR DE ÁLCOOL PRESENTE NA GASOLINA: UMA ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA O ENSINO DE QUÍMICA	
Anderson Florêncio da Silva Paloma Lourenço Silveira de Araújo Ana Paula Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04019030419	
CAPÍTULO 20	208
ANALOGIA E MEDIAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE EQUILÍBRIO QUÍMICO	
Marcelo Dotti	
DOI 10.22533/at.ed.04019030420	

CAPÍTULO 21	223
ÂNGULOS NOTÁVEIS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE PRAXEOLÓGICA	
Jessie Heveny Saraiva Lima	
Jesirreila Melo Souza do Nascimento	
Acylena Coelho Costa	
DOI 10.22533/at.ed.04019030421	
CAPÍTULO 22	235
APLICAÇÃO DE APRENDIZAGEM TANGENCIAL NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO IV NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA	
Paloma Lourenço Silveira de Araújo	
Anderson Florêncio da Silva	
Ana Paula Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04019030422	
CAPÍTULO 23	244
APPLICATION OF LUDDIC METHODOLOGY AS A FACILITATING TOOL FOR LEARNING ABOUT EPITHELIAL TISSUE	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.04019030423	
CAPÍTULO 24	252
APRENDER E ENSINAR A CULTURA INDÍGENA: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO CATU DOS ELEOTÉRIOS	
Karlla Christine Araújo Souza	
Guilherme Paiva de Carvalho	
Guilherme Luiz Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.04019030424	
CAPÍTULO 25	261
APRENDIZAGEM MUSICAL COMPARTILHADA NA PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA DE SAXOFONE	
José Robson Maia de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.04019030425	
CAPÍTULO 26	271
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM QUÍMICA DO COTIDIANO: A BRIQUETAGEM COMO FERRAMENTA DIDÁTICA E DE CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE	
José Weliton Parnaíba Duarte	
Luciano Leal de Moraes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.04019030426	
CAPÍTULO 27	279
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: USO DE MODELOS DIDÁTICOS PARA A COMPREENSÃO DOS GRUPOS VEGETAIS	
Djeane Kelly Souza Santos	
Djanine Flávia Souza Santos	
Hiago Machado Silva	
Ariane Ferreira Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.04019030427	

CAPÍTULO 28	286
ARCABOUÇO TEÓRICO SOBRE AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO EM ESPAÇOS INCLUSIVOS	
Jonas Martins Santos Wermerson Meira Silva Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.04019030428	
CAPÍTULO 29	295
ÁREA DE REGIÕES ATRAVÉS DO GOOGLE MAPS UTILIZANDO POLINÔMIO DE NEWTON E CÁLCULO INTEGRAL	
Gilberto Emanuel Reis Vogado Pedro Roberto Sousa da Silva Gustavo Nogueira Dias	
DOI 10.22533/at.ed.04019030429	
CAPÍTULO 30	304
AS CORRELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS COMPONENTES CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO CPC DOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO ANO DE 2014	
Juliana Da Silva Dias Cassius Gomes De Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.04019030430	
CAPÍTULO 31	320
AS CORRENTES FILOSÓFICAS DO FORMALISMO E DO INTUICIONISMO ENQUANTO INFLUENCIADORAS NA ORIGEM DAS TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	
Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.04019030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	328

ACESSIBILIDADE: IDOSOS E OS ESPAÇOS CIDADINOS DE SOCIABILIDADES

Sheila Marta Carregosa Rocha

Universidade do Estado da Bahia, Departamento
de Ciências e Tecnologias, campus XX ,
Colegiado de Direito
Brumado - Bahia
Faculdade de Ciências e Tecnologias,
Departamento de Ciências Jurídicas
Salvador-Bahia

RESUMO: Há um crescente número de idosos brasileiros habitando e trocando experiências nos espaços na cidade. Este estudo traz a experiência de idosos, que residem na cidade do Salvador, no Estado da Bahia, Brasil, entrevistados no mês de maio de 2014, num dos espaços urbanos mais frequentados por eles, a Praça da Piedade, como local de passagem, mas também de lazer e sociabilidade. A questão norteadora desta pesquisa consiste na percepção desse espaço se estaria adequado para o acesso da população sem obstáculos que possam ser a causa de mortalidade. Objetivando com isso analisar a acessibilidade da pessoa idosa ao espaço urbano. Verificou-se nas falas desses idosos que esse espaço específico é um ponto de encontro, mas que a acessibilidade é muito precária, por conta das ladeiras, da calçada desnivelada, do número cada vez mais crescente de pessoas que transitam pelo local, dos empreendedores informais que preenchem as calçadas das praças, da insegurança e

demais obstáculos. O Poder Público municipal precisa repensar o espaço da cidade para a atuação livre e desimpedida dos seus atores sociais e empreender políticas públicas no sentido de viabilizar a acessibilidade dos idosos aos espaços urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Cidade de Salvador. Idosos. Inclusão Social.

ACCESSIBILITY: ELDERLY AND THE CITIZEN SPACES OF SOCIABILITIES

ABSTRACT: There is a growing number of elderly Brazilians living and exchanging experiences in the spaces in the city. This study brings the experience of the elderly, who live in the city of Salvador, in the State of Bahia, Brazil, interviewed in May 2014, in one of the urban areas most frequented by them, Praça da Piedade, as a place of passage, but Also of leisure and sociability. The guiding question of this research consists in the perception of this space if it would be adequate for the access of the population without obstacles that can be the cause of mortality. In order to analyze the accessibility of the elderly to the urban space. It was verified in the speeches of these elderly people that this specific space is a meeting point, but that accessibility is very precarious, due to the slopes, the uneven sidewalk, the increasing number of people passing through the place,

informal entrepreneurs That fill the sidewalks of the squares, of insecurity and other obstacles. The Municipal Public Power needs to rethink the space of the city for the free and unimpeded performance of its social actors and to undertake public policies in the sense of making the accessibility of the elderly accessible to urban spaces.

KEYWORDS: Accessibility. City of Salvador. Elderly. Social inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a FIOCRUZ, “os acidentes de trânsito/transportes e quedas(associadas com o ambiente viário, a exemplo das calçadas irregulares) ocupam os dois primeiros lugares nas causas de mortalidade de idosos”. As estatísticas relativas ao município de Salvador apontam ainda que os idosos que vão a óbito por causa de acidente de transportes (CID-10 V01-V99), para o ano de 2011 são 44.0, sendo masculino 28.00 e 16.00 feminino, sendo a proporção de 0.51% da causa de morte.

Existem algumas soluções que são pensadas em termos de o que seria uma cidade adequada e acessível aos idosos, então a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu o “Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas”, em 2007, objetivando promover a melhoria na qualidade de vida dos idosos nas cidades. Nesse guia, defende que uma cidade amiga das pessoas idosas organiza suas estruturas e serviços de modo que incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas, com diferentes necessidades e capacidades. Assim, o Guia considera oito áreas da vida urbana, que envolvem diretamente o desempenho da cidade “quanto às suas adaptações para a qualidade de vida dos idosos: espaços exteriores e edifícios; transportes; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitário e serviços de saúde.”

Quais seriam as adaptações que a cidade de Salvador na Bahia efetua para melhorar a qualidade de vida dos idosos? Esta é a problemática central do artigo que trata da acessibilidade da pessoa idosa ao universo da cidade.

A população da cidade do Salvador está estimada em 2.710.968 habitantes, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2013), e, conforme as análises, entre 2010 e 2020, a capital terá um crescimento médio anual de 0,73% (passará de 2.690.400 para 2.893.100). Na década seguinte, o avanço populacional anual deve cair para 0,32%, sendo que o número de moradores na capital deve chegar, em 2030, a 2.986.700. O estudo também indica ainda uma redução da população de 0 a 14 anos. Entre 2010 e 2030, o número de pessoas presente neste grupo etário deve cair 8,5% (passará de 567.600 para 519.900). De forma inversa, a previsão é de que a população com idade acima de 65 anos cresça mais de 147% (passe de 164.200 para 406.900). Em números absolutos, após 20 anos, a população feminina deve passar de 1.434.600 para 1.586.900 (avanço de 10,6%). Já o número de habitantes masculinos deve sair de 1.255.800 para 1.399.800 (avanço de 11,5%). Em 2011, 28,4% da população de

Salvador é de Idosos, sendo 21,4% masculino e 35,2% feminino (PNAD, 2011).

Onde estão esses idosos na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia? Qual a relação desses idosos com a cidade do Salvador? Quais as ações que as Universidades desenvolvem para a inclusão social desses idosos no espaço urbano? Essas indagações irão nortear este trabalho, desenvolvido para contribuir com a reflexão proposta pela XVII SEMOC, intitulada “Universidade: diálogos contemporâneos”, para a categoria: 16. Cidade, Acessibilidade e Inclusão-Social.

Analisando a logística do conteúdo pesquisado para a construção do artigo foi estruturada a seguinte formatação: metodologia; resultados; no primeiro capítulo, este trabalho discorre sobre a acessibilidade do idoso na cidade do Salvador; no segundo capítulo, sobre o trânsito do idoso pela cidade; conclusão.

2 | METODOLOGIA

A abordagem preponderante deste artigo foi a qualitativa, no sentido de ouvir as vozes dos idosos que transitam pelo centro da cidade do Salvador, de investigar a acessibilidade ao e do local e discutir quais seriam as melhorias que viabilizariam uma melhor qualidade do acesso. (RICHARDSON, 2010, p.91) diz que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas”.

A natureza quantitativa foi relevante no sentido de perceber as reivindicações desses idosos quanto ao espaço público e de inseri-los no contexto social de espaço de discussão. Na realidade, a pesquisadora invade os espaços de tráfego desses idosos para saber se as legislações estão sendo efetivamente cumpridas ou não. E além de colocá-los no cerne da discussão, envolvendo-os, observando-os e ouvindo-os para contribuição em futura política pública voltada para dar melhor acesso do idoso à cidade em que mora.

A pesquisa de campo ou coleta de dados foi realizada no mês de maio de 2014, no centro da cidade do Salvador, na Praça da Piedade e imediações, local de grande concentração de idosos, durante a semana e todo o dia. A escolha deveu-se à concentração de grupos de idosos na Praça, nas Igrejas, transitando pela Praça, que se desloca para as instituições bancárias, para as farmácias, consultórios médicos e comércio local. Foram utilizadas as técnicas da observação e da entrevista a dez idosos que circulam diariamente nessa Praça. O critério levado em consideração para a seleção desses idosos foi a frequência diária à Praça e as diversas finalidades, para as quais os idosos utilizam esse espaço urbano.

A entrevista foi precedida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lido para o idoso e anuído por ele, mediante assinatura, conservando o sigilo da sua identificação e dos demais dados que, porventura, possam identificá-lo, por isto optou-

se por uma análise geral e não específica.

Este artigo é um desdobramento do projeto de Pesquisa “Direitos Humanos dos Idosos”, aprovado através do Parecer de nº 566.982, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Estácio da Bahia.

3 | RESULTADOS

Foram 5(cinco) idosas e 5(cinco) idosos entrevistados na faixa dos 60 até 80 anos, residentes nas imediações do bairro da Piedade, em Nazaré, Barris, Campo Grande, Garcia e adjacências. São aposentados em sua maioria, contudo foram entrevistadas idosas que recebem pensão do marido falecido. Nenhum deles trabalha, a maioria tem como grau de instrução o primeiro ou o segundo grau incompleto. Não têm aparentemente limitação física para locomoção, mas se verificou os passos lentos, diminuídos e compassados de acordo com a idade.

50% locomovem-se através do transporte coletivo urbano e 50% a pé, pela proximidade da residência. A locomoção é autônoma, sem cuidador ou qualquer acompanhante. Os locais mais frequentados no centro da cidade são a Praça da Piedade, igrejas, consultórios médicos, bares e casa lotérica. Nenhum entrevistado frequenta grupo de terceira idade.

Os idosos apontaram algumas dificuldades de se chegar ao local, a exemplo do transporte coletivo urbano, cujos motoristas não param nos pontos, quando percebem que só existe idoso para utilizar o coletivo. Além do mais, o ingresso no coletivo também é complicado, porque o degrau é muito alto e o motorista não tem paciência de esperar o seu ingresso com segurança. Outra dificuldade é o atravessar as ruas, porque os semáforos são muito rápidos e quando chegam à calçada, o semáforo já abriu para os veículos cujos motoristas não aguardam o idoso alcançar a calçada com segurança. Outra dificuldade enumerada pelos idosos são os obstáculos, calçadas com buracos, muitas pessoas transitando, trabalhadores informais ocupando os espaços das calçadas, o mau cheiro das pessoas que dormem e moram na Praça, as ruas sujas exalando um odor fétido.

Geralmente a frequência é de segunda à sexta, das 8 às 17h, geralmente quando o comércio abre as portas. Nos finais de semana a frequência dos idosos é menor, pois podem passar o tempo com os familiares, vizinhos e amigos.

Os problemas apontados para dificultar à acessibilidade aos locais foram: a falta sinalização para indicar ruas, comércio, igrejas, etc.; a falta de rampas nas calçadas; os motoristas que não respeitam a sinalização; o tempo de sinal aberto é insuficiente para conseguir atravessar a rua; a falta de sinal para pedestres; o local para travessia tem buracos e piso irregulares e atualmente a insegurança é muito grande, inclusive com furtos e roubos muito crescente no local, cujas vítimas são pessoas idosas, principalmente, quando saem das instituições financeiras, e também homicídio vem

ocorrendo.

Especificamente em relação à calçada, identificou-se que são irregulares e com buracos; muito inclinadas; estreitas, que obrigam a andar na rua; há árvores, lixeiras, bancos e grades. Também se verificou a presença de animais nas calçadas que atrapalham caminhar com tranquilidade; além de grande aglomeração de pessoas na calçada, próximo ao ponto do ônibus.

Dos entrevistados, apenas 3, dois idosos e 1 idosa já caiu na Praça da Piedade, porque se desequilibraram enquanto andavam.

A ladeira foi apontada como o local de grande dificuldade de acesso, principalmente, as ladeiras que ligam ao bairro de Santana e do Desterro.

Sugeriram a retirada dos obstáculos e a conscientização dos motoristas e pedestres no sentido de respeitar as limitações dos idosos.

4 | DESENVOLVIMENTO

O espaço da cidade é um local de encontro. Encontros permanentes de vias públicas, de calçadas, de logradouros; e também encontros transitórios de pessoas, quer sejam pedestres ou de aquelas que estejam motorizadas. Esse espaço é uma garantia do exercício da cidadania, e do direito de todo cidadão a ir, permanecer e vir. Indubitavelmente é um espaço de liberdade social, limitada pelo Estado, para garantir a todos o direito à acessibilidade urbana.

A pessoa idosa transita pelas calçadas, pelas praças, pelas ladeiras, pelas ruas da cidade do Salvador. Nas praças, muitos encontros de idosos acontecem, principalmente, na Praça da Piedade, local central, cercado de instituições financeiras, igrejas, shoppings, farmácias e bastantes lojas e comércio de rua. Estas estão bem distantes das praias e dos parques.

Ao sair do espaço confortável de casa, o idoso se depara com a calçada, que o leva a vários caminhos; aos espaços de sociabilidades. A calçada é o primeiro espaço de aproximação do idoso com a cidade, mas também de um enfrentamento doloroso. Etimologicamente o vocábulo “calçada” tem origem no latim, “*calcatúra, calcatúrae*”, cuja semântica consiste na ação de calcar, pisar, donde, calcanhar, calçada por sua função no andar.

A calçada para o pedestre é o local de segurança, fluidez e conforto. Assim como seu espaço de casa. Enquanto a calçada constitui um espaço público, onde todos têm o direito de transitar; a casa é um espaço privado, inviolável e também protegido pelo Estado.

Para que todos tenham acesso às calçadas é preciso que estejam em condições de trânsito, que é a real acessibilidade. Então se reflete sobre quais os requisitos para uma calçada atender às crianças, portadores de necessidades especiais como cadeirantes, deficientes visuais, idosos e gestantes?

O Município transferiu a responsabilidade de construção, modificação, manutenção para cada proprietário de residência, condomínio ou estabelecimento comercial. Sendo assim, surge a primeira dificuldade: a irregularidade e a falta de um padrão adequado. Eis o primeiro obstáculo à acessibilidade ao trânsito do idoso pela cidade: as calçadas desniveladas, sem pavimentação e com as mais variadas formas de intersecções. Além dos rebaixos de meio-fio, as rampas de acesso e os pisos escorregadios, quando não tem buracos na calçada. Assim, uma das formas de se discutir sobre a engenharia das calçadas é que ela tivesse uma padronização que atendesse às mais variadas pessoas com suas respectivas necessidades e que fosse competência do município e não do particular a sua construção e manutenção.

Sendo as calçadas planejadas ou não, esse espaço precisa sempre ser repensado para atender às necessidades da sociedade, que permanece em contínua mudança e progresso. Esse desenvolvimento urbano causa outras demandas tanto para a sociedade, quanto para o Estado.

Tecnicamente, (Fernandino (2006) *apud* Bittencourt *et al* 2008), denomina-se como desenho universal aquele que “atribui igualdade e justiça ao design de ambientes, permitindo, desta forma, sua utilização por qualquer pessoa, independente de idade e habilidade, dentro de um limite possível, sem que sejam necessárias adaptações especiais”.

O que se percebe é que a calçada deveria garantir o livre acesso de todas as pessoas, sem exceção, com qualidade nessa mobilidade, de modo que os obstáculos possam ser sanados e as pessoas possam transitar com autonomia e seguirem seu caminho.

A calçada leva ao caminho da praça. A praça é um ponto de encontro. Cercada de bancos, onde se pode sentar e conversar ou até mesmo jogar algum baralho ou dominó. É um local arborizado, que indica vários caminhos e possibilidades. Observa-se o movimento dos outros, o trânsito dos coletivos e dos automóveis, acompanha-se de perto o progresso passar, sob as lentes dos óculos com grau sempre avançando e dos cabelos cada vez mais clareando.

5 | A ACESSIBILIDADE DO IDOSO NA CIDADE

Etimologicamente, acessibilidade tem origem no latim *accessibile*, que é um adjetivo e significa “a que se pode chegar, alcançar, obter ou possuir, inteligível, compreensível, módico, moderado, razoável”.

A acessibilidade do pedestre no espaço das cidades pode ser compreendida como um fator de produtividade, competitividade para a região e qualidade de vida para a sociedade, na medida em que o acesso com conforto e segurança favorece e amplia o fluxo de pessoas aos bens, serviços e empregos ofertados pela economia urbana e promove a inclusão social através da equiparação de oportunidades. (ARAÚJO, 2011, p.21)

O espaço urbano justifica-se pela ocupação, transformação e ação humanas. “Na geografia urbana, a acessibilidade é vista de uma forma mais abrangente, relacionada à questão de inclusão social e da não segregação” (DORNELES, 2006). Ressalta também que a acessibilidade espacial prevê soluções para as necessidades dos usuários. Na área da arquitetura, seria tudo que diz respeito ao acesso e interação do indivíduo com um ambiente.

Como projetar uma cidade? Para quais pessoas? Seres humanos projetando para outros seres humanos. “É preciso buscar uma cidade com ambiente saudável, mantida em condições adequadas que permitam deslocamento populacional e lazer sem riscos” (LIMA, 2013, p.3).

Qual seria a definição de acessibilidade? Segundo a Lei nº 10.098/2000:

Art. 2º (...)I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade consiste num meio, seguro e autônomo, que esteja ao alcance da pessoa idosa, cuja finalidade é de utilização dos mais variados e diversos espaços, quer sejam públicos ou privados. A legislação considera uma possibilidade e uma condição, contudo, a acessibilidade ultrapassa a ideia do possível e passa a coexistir com a realidade. A legislação municipal é mais enfática do que a lei federal, ultrapassando a barreira do possível e concretizando-a como uma condição para que o idoso utilize os espaços. Discute-se sobre a condição *sine qua non* para um trânsito seguro, sem ocasionar quedas e outros acidentes que impactem na saúde pública como um ato de violência contra a pessoa idosa.

Segundo a Lei Municipal de Salvador nº 7.400/2008, acessibilidade pode ser definida como:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) repete a definição da legislação federal sobre a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Estendendo a condição para o alcance, percepção e entendimento, no sentido de conscientização da pessoa idosa para a utilização adequada desse espaço, conduzindo-a para uma mobilidade urbana consciente e sustentável.

No urbanismo contemporâneo é essencial a noção do acesso dos recursos da cidade a todos. Trata-se de um questão de direitos, o ‘direito à cidade’ pois não

deve existir nenhum elemento, seja de natureza material, social, económica, cultural ou jurídica que possa impedir os indivíduos do acesso à cidade e aos seus espaços.(SOUSA, 2010, p.82)

Em contraponto à acessibilidade, as barreiras que são tratadas pela NBR 9050/2004 como “arquitetônica, urbanística ou ambiental como qualquer elemento que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano, seja este elemento natural, instalado ou edificado”. São obstáculos que precisam ser tratados, discutidos e analisados sobre sua real necessidade ou possível eliminação. Contudo a pessoa idosa precisa ser ouvida pela sociedade e pelo poder público, para que essas barreiras sejam superadas e/ou eliminadas.

5.1 Marco legal

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante o direito de todos à igualdade, no seu art. 5º e o direito à segurança, em seu art. 6º. Enquanto a igualdade é um direito individual, a segurança é um direito social. Há uma construção de direitos fundamentais desde a sua origem com a Declaração dos Direitos do Homem, documento internacional que marca o início da proteção aos direitos humanos e que irá repercutir na legislação de cada Estado estrangeiro. No Brasil, a Carta Magna o consolida na forma de direitos fundamentais civis e políticos materializados, a exemplo do art. 5º, enquanto que os direitos sociais, quando há uma intervenção estatal para promover o bem-estar social, um dos exemplos encontra-se no art. 6º.

O Estado brasileiro garante esses direitos a partir de legislação própria, quer seja nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital. A acessibilidade na cidade encontra-se na legislação federal especificamente nas leis nº 12.587/2012, nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5296/2004. A Bahia não tem lei referente à acessibilidade de forma específica. Apenas o município dispõe sobre a acessibilidade, não como uma lei específica, mas a Lei Municipal de Salvador nº 7.400/2008, que dispõe sobre ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), e trata em alguns momentos sobre a acessibilidade.

A Lei nº 7.400/2008, em seu art. 8º, prevê como um dos objetivos: “V - promover a acessibilidade universal e estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, combatendo todas as formas de discriminação.” (grifo meu) Esta lei não diz expressamente sobre a acessibilidade do idoso, considerando-o como alguém que tenha uma mobilidade reduzida.

Quanto à urbanização das áreas precariamente construídas:

Art. 68. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infra-estrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - a urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia e a acessibilidade e circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

No Brasil, a legislação especial de proteção ao idoso sobre a acessibilidade encontra amparo no art. 38 da Lei nº 10741/03, relativo à moradia do idoso, que prevê: “III - eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso”. Pode-se então, utilizar uma interpretação extensiva da norma, para ampliar o espaço privado para o público.

A primeira dificuldade da pessoa idosa ao transitar pela cidade é quanto às calçadas. Na via de circulação do pedestre, para se chegar a qualquer estabelecimento residencial ou comercial, aos meios de transporte, é a calçada, que é um espaço de má conservação, desníveis, com muitos obstáculos, por conta dos ambulantes, mercadorias e lixos.

A NBR 9050 estipula que a acessibilidade - em edifícios, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, e ainda, meios de transporte, meios de comunicação de qualquer natureza e seus acessórios - atenda às pessoas portadoras de deficiência.

Na contra-mão da acessibilidade estão as barreiras, que podem ser arquitetônicas, de transporte e urbanística. Assim elas estão, muitas vezes, silenciosas, invisíveis, mas que causam consequências, muitas vezes, danosas à saúde do transeunte. Elas estão na própria estrutura da calçada; no acabamento inadequado; na inclinação excessiva; na altura; na descontinuidade da superfície; na vegetação; nos trabalhadores informais; nos animais que fazem as suas necessidades físicas; nas folhas das árvores que caem com a chuva e se transformam em lama; na localização inadequada do ponto do coletivo urbano; na falta de sinalização; na lixeira; na ocupação do comércio; na má-conservação; rebaixamento para cesso de veículos; marquises; faixas; placas de identificação; e nos demais obstáculos que possam surgir.

Há previsão na NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) de mobiliário urbano que se constitui de “todos os elementos, equipamentos, pequenas construções que possam ser utilizados ou não, podendo ser implantados em espaços públicos ou privados, autorizados pelo poder público”. Isto significa que os mobiliários urbanos não devam ser uma espécie de obstáculo para o livre acesso do transeunte, deve preservar a natureza, propiciar um momento de descanso ou de amparo para aqueles que estejam indispostos, mas também um espaço sobreposto de sociabilidade, um ponto de encontro para conversar e amizades.

A circulação das pessoas idosas nas calçadas pode ser feita de rampas, substituindo os degraus, segundo a NBR 9050/2004 (ABNT, 2004), a rampa “é qualquer superfície que apresente inclinação superior a 5%. A rampa permite a acessibilidade, entre pisos de níveis diferentes, de pessoas com mobilidade reduzida ou de cadeirantes, eliminando a ocorrência de degraus”.

Para viabilizar o trânsito da pessoa idosa pelas calçadas, é importante a preocupação com o piso, pois um piso derrapante pode causar consequências danosas

à saúde da pessoa idosa. Segundo a NBR 9050/2004,

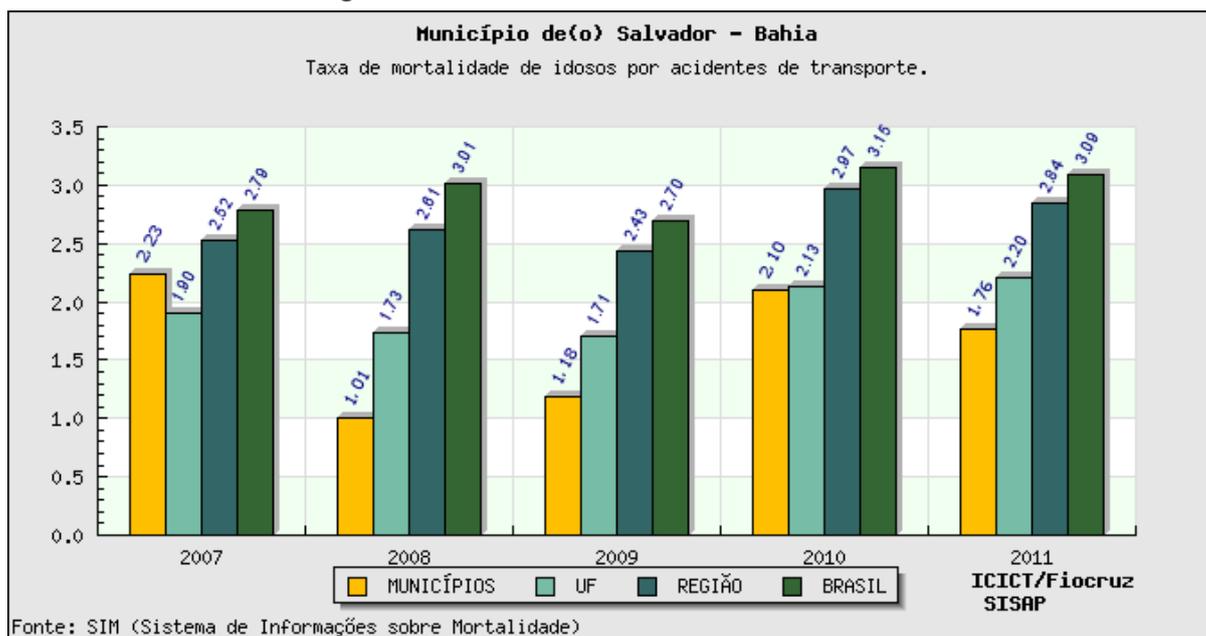
os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê), sendo as inclinações máximas para pisos externos: transversal de 3% (item 6.10.1) e longitudinal de 8,33%.

A lei nº 7.400/2008 também traz outro aspecto da acessibilidade, que é o acesso à saúde pública municipal das pessoas com deficiência, em seu art. 108, “X - garantia do acesso da pessoa com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento sob regulamentos técnicos médico-hospitalares, normas técnicas de acessibilidade e padrões de conduta apropriados.” Poderia ter avançado para os idosos, contudo, timidamente, a legislação não traz essa previsão, deixando ao arbítrio dos intérpretes da lei essa extensão.

Entretanto, o legislador da CRFB/88, em seu art. 230, inciso II, traz a proteção do idoso à gratuidade do transporte público coletivo; bem como a lei nº 7.400/2008, em seu art. 135. “IV - ampliação e melhoria das condições de acessibilidade, prioritariamente através do sistema do uso do transporte coletivo urbano, de infraestrutura e segurança necessárias ao fortalecimento da atividade econômica e sustentação dos usos existentes.”

6 | O TRÂNSITO DO IDOSO PELA CIDADE

Uma das causas de mortalidade de idosos é o trânsito, segundo pesquisa da FIOCRUZ, conforme o gráfico abaixo:



Ainda que o município de Salvador, em 2011, comparado com o Estado da Bahia, a Região Nordeste e o Estado Brasileiro, apresente um percentual menor, de 1,76, há que se ter cuidado com o registro, porque aponta o trânsito como sendo uma das

causas de mortalidade de idosos.

De maneira mais específica, a acessibilidade do idoso ao transporte encontra-se prevista no art. 39 da Lei 10.741/03: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares”. Com isso, a lei infraconstitucional ratifica o direito ao transporte, desde que “o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade”.

Além disso, há uma reserva de “10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos”. Preferencialmente não significa exclusivamente, e sim, o respeito da sociedade em relação ao idoso que adentre ao coletivo e obtenha a preferência ao assento. Esta questão legal, não impede que os demais assentos sejam moralmente destinados às pessoas idosas que excederam ao número permitido por lei.

O legislador do Estatuto do Idoso amplia o alcance da garantia do direito ao transporte, autorizando o poder público estadual e/ou municipal legislar sobre a matéria ampliando a gratuidade às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos.

Quanto à acessibilidade ao transporte coletivo interestadual, a lei nº 10.741/03 reserva “duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos” ou um “desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos”.

E ainda, no art. 42, assegura a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo, e extensivamente à prioridade na fila para adquirir o bilhete do ônibus, também nos momentos do embarque e desembarque.

Outra forma de acessibilidade do idoso à cidade é quanto ao estacionamento para idosos, às vagas reservadas para idosos nos logradouros públicos não estão previstas na NRB 9050/2004, mas sim no art. 41 da Lei nº 10.741/03, “É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso”. Isto significa que as instituições públicas e privadas precisam se adaptar à regra para proporcionar à pessoa idosa a sua livre locomoção de ir, permanecer e vir. Este não consiste em um direito prioritário, mas sim absoluto, diferentemente da reserva dos assentos nos transportes coletivos urbanos, ônibus, metrô, etc...

7 | CONCLUSÃO

Constatou-se que o centro da cidade do Salvador não é planejado nem adaptado

para que os idosos possam se locomover com autonomia e segurança, porque o calçamento é muito antigo, os outros obstáculos são significativos para produzir uma sensação de insegurança.

Além da estrutura da Praça da Piedade e das adjacências, o acesso ao transporte coletivo urbano é uma das maiores reclamações dos idosos, porque nem o motorista o respeita, nem a sociedade, pois, inúmeras vezes têm jovens e adolescentes sentados nos assentos destinados, preferencialmente, aos idosos e não se levantam para cumprir com uma obrigação legal e, antes de tudo, moral.

Percebeu-se também que a irregularidade das calçadas ocorre porque a competência para o seu cuidado é de cada condomínio, residência ou outro tipo de estabelecimento, quando deveria ser da Prefeitura, ainda que esta cobrasse uma taxa para a construção de uma calçada padronizada para as pessoas que tivessem dificuldades de locomoção, não somente os idosos.

Também se verificou que o trânsito não foi pensado nas pessoas que são lentas, e sim, naquelas que não podem aguardar, porque sempre estão atrasadas para os seus compromissos. A legislação parece não ser cumprida, até porque não existe fiscalização ou queixa pelas vítimas, porque não se tem cultura de respeitar o direito do outro.

Ademais, os idosos não participam das políticas públicas voltadas para eles, nem do plano diretor municipal que repensa a acessibilidade e mobilidade urbanas. Como não incluir nas discussões o seu principal ator: a pessoa idosa?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Mello Montenegro de. **Acessibilidade para pedestres no hipercentro de Belo Horizonte – MG**: ensaio metodológico para avaliação e mapeamento de calçadas / Renata Mello Montenegro de Araújo. Belo Horizonte, 2011. 189f.: il.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. São Paulo: ABNT; 2004. 97 p.

BITTENCOURT, Ana Lúcia Costa et al. **Acessibilidade Em Calçadas**: Modelo Para Verificação Em Projetos Básicos De Editais De Obras E Serviços De Engenharia Pelos Tribunais De Contas. Monografia apresentada à PUC/RJ para o Curso de Especialização em Auditoria de Obras Públicas do Departamento de Engenharia Civil. RJ:2008.

DORNELES, Vanessa Goulart. **Acessibilidade para Idosos em Áreas Livres de Lazer**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, 2006.

FIOCRUZ, Brasil. **Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso**. http://www.saudeidoso.icict.fiocruz.br/index.php?pag=gra&uf=29&municipio=292740&uf_o=M&indicador=M24T0&B1=Gerar+gr%E1fico. Acesso em 20 de junho de 2014.

LIMA, José Amaro Barcelos. **Humanização do Espaço Urbano**. IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão; de 20 a 22 de junho de 2013; ISSN 1984-9354.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo:Atlas, 2010.

SOUSA, Claudia Azevedo de. **Do Cheio para o Vazio**: Metodologia e Estratégia na Avaliação de

ANEXO 1

ENTREVISTA AO IDOSO QUE TRANSITA PELAS RUAS DO CENTRO DA CIDADE DO SALVADOR NA BAHIA

1) Dados de identificação

Gênero: () masculino () feminino

Data de nascimento ___/___/_____

Bairro onde reside: _____ Local da entrevista: _____

Ocupação: _____ Fonte de renda: _____

Escolaridade: () analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo

() 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau Incompleto () 3º grau completo

() Especialização () Mestrado () Doutorado

Possui limitação física: () sim () não

Se sim: Qual? _____

2) Circulação na cidade

Principal meio de locomoção: () a pé () ônibus () automóvel () motocicleta () bicicleta
() outros _____

Na maior parte das vezes o(a) senhor(a) vai ao centro da cidade sozinho(a)?

() sim () não Se não, com quem? _____

Quando o(a) senhor(a) vai ao centro da cidade quais locais frequenta normalmente?
(pode

marcar mais de um)

() bancos () cinema () farmácias () praças públicas () supermercados

() restaurantes () loterias () bares () hospital () postos de saúde

() consultórios médicos () igrejas () padarias () grupos de terceira idade

() outros: _____

Tem dificuldades de se chegar a esses locais? () não () sim

Se sim, Quais? _____

Durante a semana quais dias o(a) senhor(a) normalmente sai de casa para ir ao centro da cidade? (pode marcar mais de um)

() segunda-feira () terça-feira () quarta-feira () quinta-feira () sexta-feira
() sábado () domingo

3) Identificação de problemas

O(a) senhor(a) identifica alguns desses problemas para atravessar a rua? (pode marcar mais de um)

Falta sinalização para indicar ruas, comércio, igrejas, etc. ()

Falta de rampas nas calçadas ()

Motoristas que não respeitam a sinalização ()

O tempo de sinal aberto é insuficiente para conseguir atravessar a rua ()

Falta sinal para pedestres ()

Tenho dificuldades de enxergar o sinal de pedestres ()

Não há faixa para travessia de pedestres ()

Local para travessia com buracos e piso irregulares ()

Outros: _____

O(a) senhor(a) identifica alguns desses problemas para andar na calçada? (pode marcar mais de um)

Falta de calçadas ()

Calçadas irregulares e com buracos ()

Calçadas muito inclinadas ()

Calçadas estreitas, que me obrigam a andar na rua ()

Presença de ciclistas nas calçadas ()

Presença de obstáculos no meio da calçada (árvores, lixeiras, caçambas de entulho)

Quais? _____

Presença de animais nas calçadas que atrapalham caminhar com tranquilidade ()

Pisos escorregadios ()

Aglomeração de pessoas na calçada ()

O(a) senhor(a) já caiu na rua? () sim () não Qual o motivo? _____

Existe algum local da cidade que o(a) senhor(a) não frequenta por dificuldades de acesso, mas que gostaria de frequentar? () sim () não Qual? _____

O quê o(a) senhor(a) sugere para melhorar o acesso/deslocamento dos idosos em Salvador? _____

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira - Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-304-0

